

PF pede ao STF abertura de inquérito sobre “orçamento secreto”

A Polícia Federal pediu ao Supremo Tribunal Federal a abertura de inquérito sobre o esquema chamado de "orçamento secreto" — repasses parlamentares feitos por meio de emendas do relator-geral do orçamento no Congresso.

flickr.com



flickr.com

A investigação seria focada nos casos de sobrepreço em repasses provenientes do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). A Controladoria-Geral da União identificou risco de sobrepreços de R\$ 142 milhões em convênios e em uma licitação bilionária da pasta. Em seguida, seria apurado possível envolvimento de parlamentares nos repasses.

O pedido chegou ao STF há mais de um mês, mas ainda não houve autorização para início da investigação. As informações são do *Estadão*.

Neste ano, os valores destinados às emendas de relator, chamadas de RP-9, somam R\$ 16,85 bilhões, com R\$ 9 bilhões já empenhados. R\$ 1,2 bilhão foi liberado para garantir a aprovação da [PEC dos Precatórios](#) em primeiro turno na Câmara.

Os repasses do MDR, de R\$ 3 bilhões, foram destinados a 250 deputados e 35 senadores, especialmente para compra de tratores e equipamentos agrícolas, com preços até 259% acima dos valores de referência.

Neste mês, o Supremo Tribunal Federal [suspendeu](#) a distribuição das emendas de relator do orçamento deste ano. Segundo a relatora, ministra Rosa Weber, a prática violaria os princípios republicanos da transparência, da publicidade e da impessoalidade.

Date Created

19/11/2021